11.343/06. IRRESIGNAÇÃO DO IMPETRANTE QUE PERSEGUE O TRANCAMENTO DA AÇÃO, SOB A ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA, BEM COMO, DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUAISQUER DAS HIPÓTESES EXCEPCIONAIS QUE AUTORIZAM O TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL, COMO A ATIPICIDADE DA CONDUTA, A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE OU OUTRAS SITUAÇÕES COMPROVÁVEIS DE PLANO. O TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL É MEDIDA EXTREMA E, SOMENTE SE AFIGURA VIÁVEL QUANDO SE VISLUMBRA QUE A INICIAL ACUSATÓRIA ESTÁ DESPROVIDA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE INDICAÇÃO DA CONDUTA TÍPICA, DA DESCRIÇÃO DOS FATOS A POSSIBILITAR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA DO AGENTE. REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL QUE SE IMPÕEM OBSERVADOS. DECISÃO FUNDAMENTADA, ATENDENDO AOS DITAMES DO ARTIGO 93, INCISO IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DO ARTIGO 315 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CRIME CUJA PRÁTICA É IMPUTADA AO PACIENTE TEM PENA MÁXIMA COMINADA SUPERIOR A 4 ANOS, ATENDENDO AOS REQUISITOS DO ARTIGO 313, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. DENEGAÇÃO DA ORDEM. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR, EM DENEGAR O PRESENTE HABEAS CORPUS.

087. HABEAS CORPUS 0062320-57.2018.8.19.0000 Assunto: Posse Ou Porte Ilegal de Arma de Fogo de Uso Restrito e Outros / Crimes do Sistema Nacional de Armas / Crimes Previstos na Legislação Extravagante / DIREITO PENAL Origem: BARRA MANSA 2 VARA CRIMINAL Ação: 0008005-75.2018.8.19.0066 Protocolo: 3204/2018.00639389 - IMPTE: LUIZ ROMUALDO DA SILVA OAB/RJ-006005D IMPTE: ANDRE LUIZ DA SILVA MANOEL OAB/RJ-204916 PACIENTE: LUIS FELYPE DE AVILA GARCIA AUT.COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BARRA MANSA ENVOLVIDO: MARCOS **Relator: DES. SIRO DARLAN DE OLIVEIRA** Funciona: Ministério Público Ementa: HABEAS CORPUS. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DO EXCESSO DE PRAZO. DA LEITURA ATENTA DOS AUTOS E DAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS SE DEPREENDE QUE O PACIENTE FOI PRESO EM FLAGRANTE NO DIA 31/03/2018 POR TER SUPOSTAMENTE PRATICADO A CONDUTA PREVISTA NOS ARTIGOS 33 DA LEI 11343/06 E 16, PARÁGRAFO ÚNICO, IV, DA LEI Nº 10.826/03. EM 01/04/2018 A PRISÃO EM FLAGRANTE FOI CONVERTIDA EM PREVENTIVA. A DENÚNCIA FOI OFERECIDA EM 06/04/2018 E RECEBIDA EM 25/04/2018, QUANDO DETERMINADA A QUEBRA DO SIGILO DE DADOS CONSTANTES DO APARELHO DE TELEFONIA MÓVEL DO PACIENTE. CITADO EM 15/05/2018, A DEFESA FOI APRESENTADA POR ADVOGADO EM 04/06/2018. EM 16/05/2018 FOI INDEFERIDO O PEDIDO DE RELAXAMENTO DA PRISÃO. EM 18/07/2018 A INSTRUÇÃO ORAL SE ENCERROU COM A ABERTURA DE VISTA ÀS PARTES EM ALEGAÇÕES FINAIS. EM 03/08/2018 O MINISTÉRIO PÚBLICO PUGNOU PELA APRESENTAÇÃO DO LAUDO DE EXAME DO CONTEÚDO DO APARELHO DE TELEFONIA MÓVEL SUPOSTAMENTE PORTADO PELO PACIENTE NA DATA DE SUA PRISÃO EM FLAGRANTE, TENDO O JUÍZO INSTADO A AUTORIDADE POLICIAL PARA QUE PROMOVESSE OS MEIOS NECESSÁRIOS PARA REMESSA DA PEÇA TÉCNICA. PROSSEGUIU O JUÍZO INFORMANDO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO E NOTICIOUTER DETERMINADO A BUSCA E APREENSÃO DO LAUDO MENCIONADO E, APÓS A JUNTADA, REMESSA ÀS PARTES EM ALEGAÇÕES FINAIS. AO NOSSO VER, O EXCESSO DE PRAZO PARA QUE SEJA ENTREGUE A PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NOS PARECE, COM TODAS AS VÊNIAS, EVIDENTE, UMA VEZ QUE O PACIENTE SE ENCONTRA CUSTODIADO DESDE 31/03/2018 E, PORTANTO, EXTRAPOLANDO O PRAZO RAZOÁVEL QUE SE IMPÕE. CONCESSÃO DA ORDEM PARA RELAXAR A PRISÃO CAUTELAR DO PACIENTE POR EXCESSO DE PRAZO NA CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EXPEDINDO-SE O COMPETENTE ALVARÁ DE SOLTURA, SALVO SE POR OUTRO MOTIVO ESTIVER PRESO. Conclusões: POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO PRESENTE HABEAS CORPUS, PARA, NO MÉRITO, CONCEDER A ORDEM PARA RELAXAR A PRISÃO CAUTELAR DO PACIENTE POR EXCESSO DE PRAZO NA CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EXPEDINDO-SE O COMPETENTE ALVARÁ DE SOLTURA, SALVO SE POR OUTRO MOTIVO NÃO ESTIVER PRESO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR.

088. APELAÇÃO 0062635-53.2016.8.19.0001 Assunto: Crime Continuado / Aplicação da Pena / Parte Geral / DIREITO PENAL Origem: CAPITAL 16 VARA CRIMINAL Ação: 0062635-53.2016.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00597029 - APT: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO APT: TATIANE ORMOND LOBO ADVOGADO: KENIA MARIA DE SOUZA RIO OAB/RJ-074104 APDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO APDO: LUIS DAVID KEMMER FOURAUX ADVOGADO: MARCOS VINÍCIOS BRASIL TEIXEIRA OAB/RJ-116682 APDO: TATIANE ORMOND LOBO ASSISTAC: DANIEL BRANDÃO ADVOGADO: INGRID DE AZEVEDO CRISTINO NESPOLI OAB/RJ-215909 ADVOGADO: DANIEL LEITE BRANDAO OAB/RJ-091516 **Relator: DES. SIDNEY ROSA DA SILVA** Revisor: **DES. JOSE ROBERTO LAGRANHA TAVORA** Funciona: Ministério Público Ementa: APELAÇÃO CRIMINAL. ESTELIONATO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PRETENDENDO O AFASTAMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA, RECONHECENDO-SE O CONCURSO MATERIAL ENTRE OS CRIMES; A EXASPERAÇÃO DA PENA BASE DOS RÉUS; O AFASTAMENTO DA COMPENSAÇÃO DA AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA COM A ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA PARA O RÉU LUIS DAVID E, POR FIM, A IMPOSIÇÃO DO REGIME SEMIABERTO PARA A RÉ TATIANE COM O AFASTAMENTO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS ARBITRADAS. POR SUA VEZ, RECORRE A DEFESA DA ACUSADA TATIANE ORMOND LOBO PRETENDENDO A SUA ABSOLVIÇÃO ALEGANDO FRAGILIDADE PROBATÓRIA. AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE CONFIGURADAS. AS PROVAS SE FIZERAM DEVIDAMENTE DEMONSTRADAS NA PRÁTICA DOS CRIMES DE ESTELIONATOS PELOS ACUSADOS. DESCABIDA A PRETENSÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CONTINUIDADE DELITIVA QUE DEVE SER MANTIDA, UMA VEZ QUE OS DELITOS FORAM PRATICADOS NO DIA 29/01/2016, EM FACE DO BRECHÓ VINTAGE HOUSE, EM 04/02/2016, CONTRA O BRECHÓ ANEXO VINTAGE, EM 11/02/2016 EM FACE DO PERSONAL BRECHÓ E, EM 13/02/2016, NO BRECHÓ DELLES, APENAS ESTE ÚLTIMO EM TENTATIVA. TEM-SE, PORTANTO, A FIGURA DO CRIME CONTINUADO, ANOTADO NO ARTIGO 71 DO CÓDIGO PENAL, POSTOS QUE SÃO CRIMES DA MESMA ESPÉCIE, E, COM AS MESMAS CONDIÇÕES DE TEMPO, LUGAR, E MANEIRA DE EXECUÇÃO, NÃO HAVENDO PROVAS DE QUE TAIS CONDUTAS TIVERAM DESÍGNIOS AUTÔNOMOS. INVIABILIDADE DO AGRAVAMENTO DAS PENAS BASE, EM RAZÃO DA CONDUTA SOCIAL, CONSEQUÊNCIAS E PERSONALIDADES DISTORCIDAS, EVIDENCIANDO-SE QUE OS CRIMES OCORRERAM DENTRO DA NORMALIDADE DO TIPO PENAL. MANUTENÇÃO DO REGIME ABERTO PARA O CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE PARA A ACUSADA TATIANE, NOS TERMOS DO ARTIGO 33, PARÁGRAFO 2º, ALÍNEA “c” E PARÁGRAFO 3º, DO CÓDIGO PENAL, ANTE O MONTANTE DA PENA CORPORAL ASSENTADA DE 01 (UM) ANO E 04 (QUATRO) MESES DE RECLUSÃO. MANUTENÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO DA SUA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR DUAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ARTIGO 44 DA LEI PENAL EM VIGOR. MANUTENÇÃO DA COMPENSAÇÃO DA CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE REINCIDÊNCIA DISPOSTA NO ARTIGO 61, INCISO I DO CÓDIGO PENAL COM A ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA, INSERTA NO ARTIGO 63, INCISO III, ALÍNEA “d”, DO CÓDIGO PENAL. IN CASU, TEMOS DUAS CIRCUNSTÂNCIAS, SENDO UMA ATENUANTE E OUTRA AGRAVANTE, CUJAS PENAS QUE SOBRE ELAS RECAEM SÃO AS MESMAS, NÃO HÁ DÚVIDA DE QUE HAVENDO CONCURSO ELAS DEVEM SER COMPENSADAS, CONFORME PRECEITUA O ARTIGO 67 DO CÓDIGO PENAL. EMBORA NÃO TENHA HAVIDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PELA DEFESA DO ACUSADO LUIS DAVID, ENTENDO QUE DIANTE DO QUANTUM DE PENA CORPORAL ESTABELECIDO EM 02 (DOIS) ANOS E 26 (VINTE E SEIS) DIAS DE RECLUSÃO E SENDO REINCENTE, DEVE SER ARBITRADO, DE OFÍCIO, O REGIME SEMIABERTO PARA O CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE, NOS TERMOS DO ARTIGO 33, PARÁGRAFO 2º, ALÍNEA “b” E PARÁGRAFO 3º, DO CÓDIGO PENAL. NÃO DISPONHO DE ELEMENTOS SEGUROS PARA A REALIZAÇÃO DE POSSÍVEL DETRAÇÃO PENAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 387, §2º DO CÓDIGO DE